UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO
PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MTb/UFPel

O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO SEMESTRAL 1º/2017

RELATÓRIO PRELIMINAR

Equipe técnica do Acordo de Cooperação MTb/UFPel:

Coordenador:
Prof. Francisco E. Beckenkamp Vargas

Sub-Coordenador:
Hilbert David de Oliveira Sousa

Pesquisadores bolsistas:
Daniel Enke Ilha
Michel Corvello Martins
Rafaella Egues da Rosa

Pelotas, Dezembro de 2017.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 3

ASPECTOS METODOLÓGICOS 5

1. MOVIMENTAÇÃO E ESTOQUE DO EMPREGO FORMAL 7

2. ESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO SETORIAL DO EMPREGO 9

3. MOVIMENTAÇÃO OCUPACIONAL 10

4. PERFIL DOS VÍNCULOS MOVIMENTADOS 13

5. RENDIMENTOS DAS MOVIMENTAÇÕES DO EMPREGO FORMAL 16

5.1. Rendimentos médios totais 16

5.2. Rendimentos médios por setores da atividade econômica 16

5.3. Rendimentos médios por grandes grupos ocupacionais 17

5.4. Rendimentos médios segundo o perfil dos vínculos 18

5.5. Rendimentos por faixas em salários mínimos 20

NOTA METODOLÓGICA 22

APRESENTAÇÃO

Este relatório é parte das ações previstas pelo Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério do Trabalho (MTb) e a Universidade Federal de Pelotas em outubro de 2015, por meio do qual o Observatório Social do Trabalho - projeto de extensão ligado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas – tornou-se uma unidade local da Rede Observatórios do Trabalho, coordenada pelo Ministério do Trabalho (MTb).

O Acordo tem como objetivo apoiar os Observatórios do Trabalho[1] e, com isso, assegurar condições para um adequado monitoramento de mercados locais de trabalho, bem como ampliar o diálogo com gestores, com vistas à qualificação de políticas públicas na área de emprego, trabalho e renda. Portanto, por meio dessa experiência, espera-se estimular uma ação cada vez mais qualificada, profissional e participativa dos atores sociais envolvidos.

Como parte de um processo, as análises e os dados apresentados neste Relatório relacionam-se com as demais análises já realizadas no âmbito Acordo de Cooperação com o Ministério do Trabalho, em particular, as análises referentes ao ano de 2016. No entanto, este relatório foi concebido para ser apropriado de forma independente, razão pela qual reapresenta-se, de forma resumida, alguns dos aspectos já discutidos anteriormente.

O mercado de trabalho deve ser sociologicamente analisado como um espaço condicionado por outras dimensões da vida social, pelas regras jurídicas politicamente instituídas, pelas condições históricas e econômicas consolidadas no passado, pelas relações, conflitos e lutas entre seus atores e pelas crenças, valores e sentimentos que orientam cotidianamente a prática desses atores.

Esse conjunto de dimensões não são fáceis de serem apreendidas e analisadas quando se trata de investigar o mercado de trabalho. O que se objetiva neste relatório é identificar algumas dessas dimensões, sobretudo a partir dos indicadores estatísticos de mercado de trabalho. No entanto, é preciso sublinhar que esses indicadores têm um alcance limitado e permitem captar apenas alguns aspectos desse complexo fenômeno social.

Assim sendo, esses indicadores devem ser considerados, primeiramente, como um conjunto limitado de informações sobre o mundo do trabalho e suas relações. Em segundo lugar, como um conjunto de indícios que auxiliam a reconstituir as práticas e relações sociais nesse mercado. Nesse sentido, os indicadores não "falam por si mesmos", pois são necessários quadros teóricos de referência a partir dos quais se levantam e interpretam os dados disponíveis.

[1] O mesmo acordo de cooperação também foi firmado com outras universidades públicas federais, tais como a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal de Campina Grande-PB (UFCG), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

Uma vez que o mercado de trabalho é um espaço social de troca entre ofertantes e demandantes de força de trabalho, uma dimensão consiste na caracterização da estrutura da demanda, o que implica em descrever características das empresas, estabelecimentos e setores da atividade econômica. No entanto, esta dimensão não faz parte da análise deste relatório.

Como o mercado de trabalho constitui-se também em um espaço de relações sociais mediadas por um conjunto de regras e normas cristalizadas nos direitos, proteções e instâncias de negociação, torna-se relevante caracterizar essas relações pela natureza dos vínculos estabelecidos, por sua dinâmica de admissão e desligamento, bem como pelas condições de duração dos contratos e de remuneração dos trabalhadores. Essas características oferecem um quadro bastante nítido da natureza das relações de trabalho no mercado de trabalho.

Finalmente, sendo o mercado de trabalho um espaço de produção de relações sociais, isto é, de relações que não são apenas estritamente econômicas, orientadas apenas segundo o intuito de maximização dos interesses individuais e/ou empresariais, mas fundamentadas em crenças, valores e sentimentos, presume-se que elas possam se constituir em um importante vetor de produção e reprodução de desigualdades sociais, de tal forma que diferentes grupos e categorias apresentem acesso diferencial aos recursos distribuídos nesse mercado, tais como rendimentos ou outros benefícios específicos.

Nesse sentido, os indicadores analisados permitem traçar não apenas um perfil dos trabalhadores no mercado de trabalho, mas os níveis de desigualdades nele observáveis, de forma que se possa diagnosticar a existência de grupos sociais mais ou menos vulneráveis. Cabe ressaltar que tais grupos sociais podem se constituir em públicos alvos específicos de políticas públicas, o que de fato já ocorre em alguns casos, como os jovens e o programa do primeiro emprego, por exemplo.

Por fim, este relatório não pretende limitar nem o número e a abrangência de indicadores, nem tampouco os quadros interpretativos que estabeleçam o seu significado. O que se objetiva é apresentar um ponto de partida e um ponto de vista particular sobre o mercado de trabalho, que sirvam como base para um diálogo entre os atores sociais envolvidos.

Pelotas, dezembro de 2017.

Coordenação e Equipe Técnica
Observatório Social do Trabalho (IFISP/UFPel)

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este Relatório é de caráter conjuntural e tem como objetivo apresentar as principais características do mercado formal de trabalho no Estado do Rio Grande do Sul, com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), referentes à movimentação do emprego formal celetista no primeiro semestre de 2017.

O CAGED é uma base de dados administrativa do Ministério do Trabalho (MTb) baseada em informações prestadas mensalmente pelos estabelecimentos, restringindo-se ao âmbito do emprego formal celetista e registrado. Trata-se de uma base de dados que permite captar a movimentação mensal dos vínculos (admitidos e desligados), não abrangendo o emprego público estatutário. As informações que são disponibilizadas permitem traçar um perfil completo dos vínculos em termos de atributos pessoais (sexo, faixa etária, escolaridade), características setoriais e ocupacionais, bem como os níveis de remuneração.

Neste sentido, os dados disponíveis no CAGED possibilitam dimensionar a dinâmica da movimentação do emprego formal, identificar o crescimento ou redução na criação de postos de trabalho segundo características setoriais, ocupacionais, a natureza dos vínculos, os tipos de movimentação, a remuneração, dentre outras variáveis.

Apesar da riqueza de informações, as fontes administrativas do Ministério do Trabalho (RAIS e CAGED) não permitem captar as características do nível de atividade do conjunto da força de trabalho, nem situações de trabalho ou emprego informal (não registrado), nem tampouco dimensionar o desemprego ou desocupação. Trata-se de uma limitação do sistema estatístico brasileiro, de forma que, em nível municipal, essas variáveis de mercado de trabalho são captadas apenas nos censos demográficos realizados pelo IBGE.

As pesquisas domiciliares, anuais ou trimestrais, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tais como a PNAD Contínua, que permitem captar as dimensões acima referidas, o fazem apenas nos níveis agregados do país, das grandes regiões, dos estados, das regiões metropolitanas e das capitais, não sendo possível a desagregação em nível municipal devido ao tamanho e características das amostras domiciliares. Por essa razão, os dados conjunturais deste relatório estão focados na caracterização do emprego formal e não é possível a caracterização das situações de nível de atividade econômica e desocupação/desemprego.

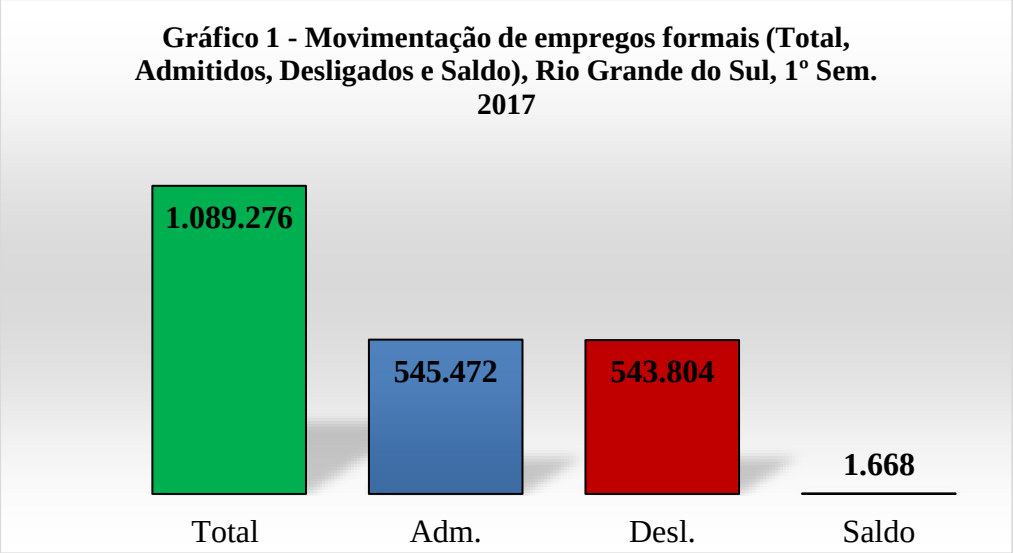
Este relatório pretende contribuir para a compreensão e o monitoramento detalhado do cenário atual de crise do mercado de trabalho. Enquanto parte de um processo, não tem como objetivo realizar uma caracterização mais ampla do mercado de trabalho local do Rio Grande do Sul em seus aspectos estruturais, mas concentra-se em identificar qual tem sido a dinâmica conjuntural de

criação/destruição de empregos formais, dado o cenário de crise que marca a conjuntura recente da economia brasileira. Para tanto, se busca caracterizar essa dinâmica de movimentação dos vínculos formais em termos gerais e setoriais, traçar um perfil dos vínculos movimentados, bem como sua caracterização em termos de renda.

O Relatório está dividido em seis seções que objetivam caracterizar a conjuntura do emprego no Estado do Rio Grande do Sul, onde são apresentados os dados de movimentação (admissões, desligamentos e saldos) totais, mensais e setoriais, e de estoques totais e setoriais (seções 1, 2 e 3); as características ocupacionais das movimentações (por grandes grupos ocupacionais) e as ocupações mais movimentadas (seção 4); o perfil dos vínculos movimentados em termos de sexo, idade e grau de instrução (seção 5); bem como dados sobre rendimentos das movimentações (seção 6).

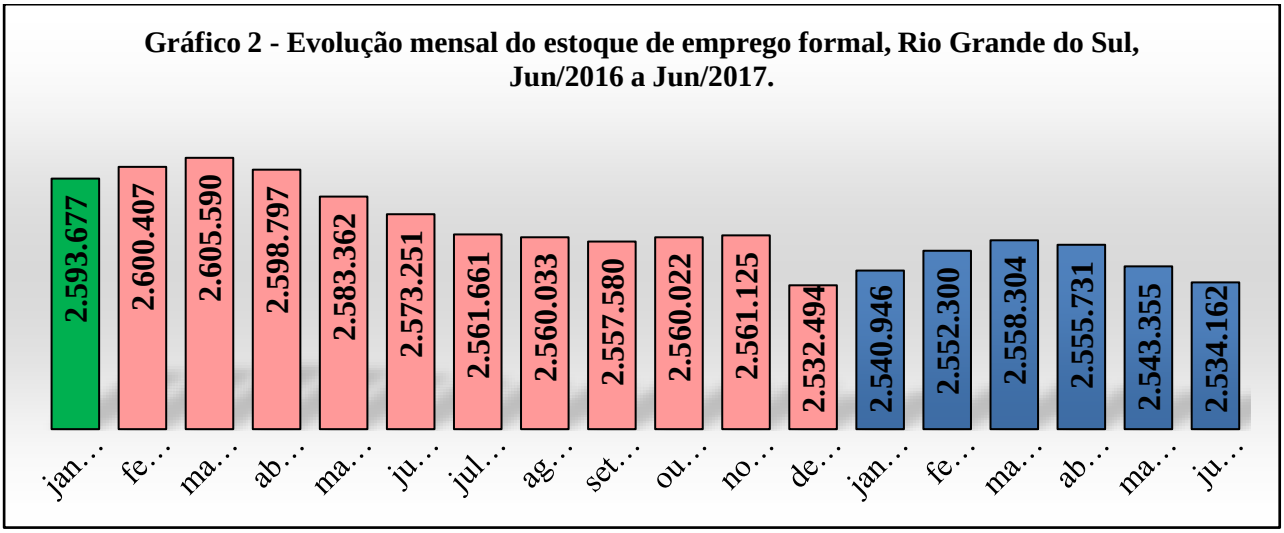
1. MOVIMENTAÇÃO E ESTOQUE DO EMPREGO FORMAL

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho (MTb), no primeiro semestre de 2017, ocorreram, no Rio Grande do Sul, 1.089.276 movimentações, sendo 545.472 admissões e 543.804 desligamentos, o que resultou em um saldo de 1.668 vínculos formais de emprego, conforme o Gráfico 1.



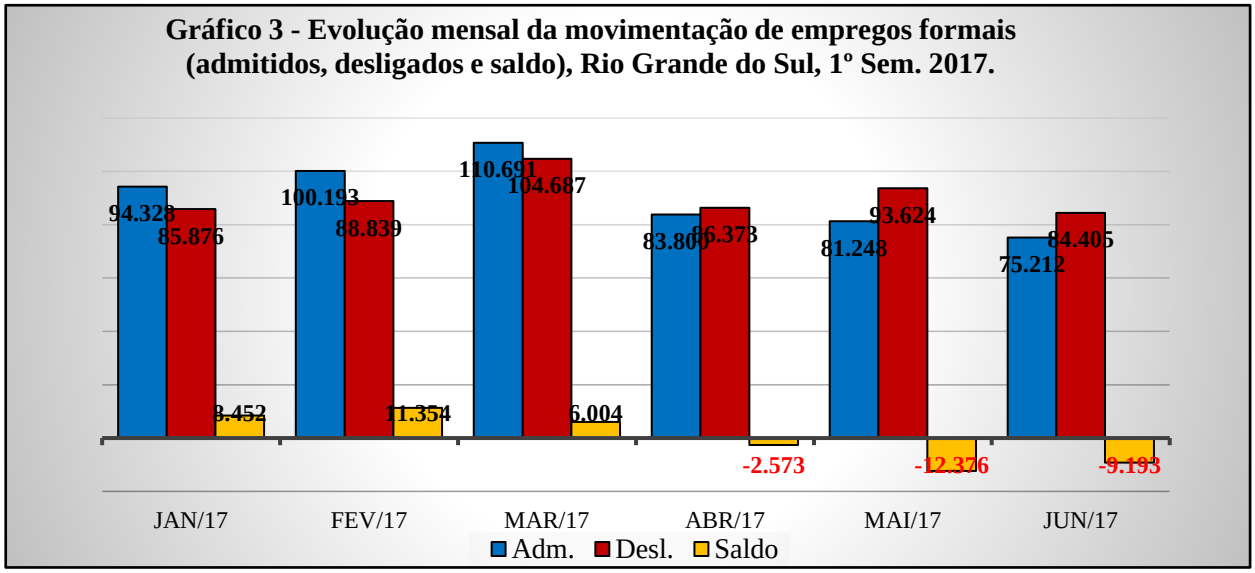
Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

A variação positiva no saldo do emprego formal durante o semestre fez com que o estoque total aumentasse de 2.532.494 vínculos, em dezembro de 2016, para 2.534.162, em junho de 2017. A taxa de variação do estoque total de vínculos formais celetistas foi de -0,06%. Conforme o Gráfico 2, também se percebe a diferença do estoque total em junho de 2017 em relação ao mesmo mês do ano anterior, mas em sentido oposto tendo em vista que houve decréscimo neste período, em junho de 2016 registravam-se 27.499 vínculos a mais.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

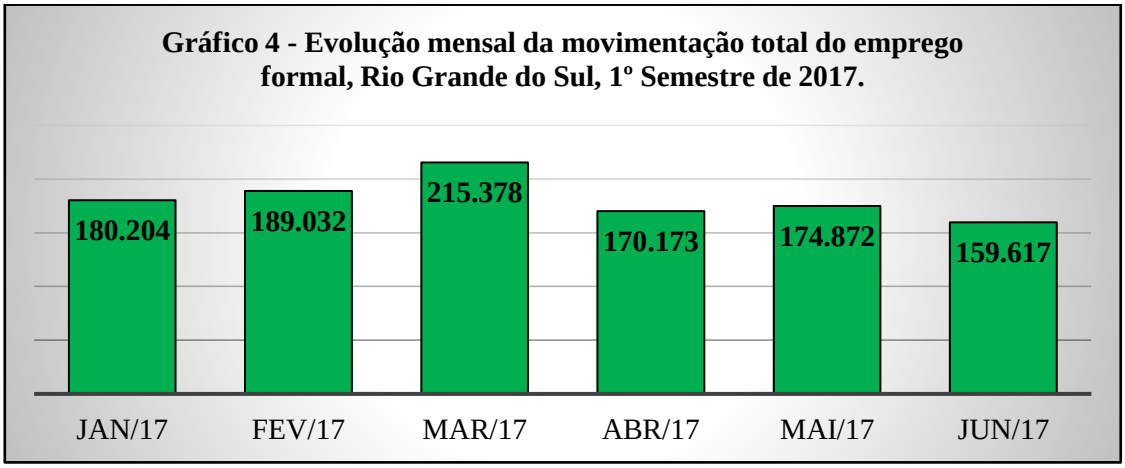
Os estoques, entre janeiro e junho de 2017 (Gráfico 2) oscilam discretamente, atingindo seu maior valor em março (2.558.304 vínculos) e seu menor valor do semestre - e 2º menor valor do período de 13 meses – no mês de junho (2.534.162 vínculos). Os estoques observados no 1º semestre de 2017 são inferiores aos observados no 1º semestre de 2016, mas apresentam comportamento semelhante com leve crescimento seguido de queda ao final do período.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Os dados do Gráfico 3 mostram que, no primeiro semestre de 2017, os três primeiros meses apresentaram saldos positivos, com destaque para o desempenho positivo no mês de fevereiro (+6.004), e os três últimos meses, saldo negativo, com destaque para o desempenho negativo de maio (-12.376).

Comparado ao 1º semestre de 2016 (com saldo de -12.767 vínculos), observa-se que ocorreu uma redução na perda de vínculos no período. A dinâmica de saldo positivo nos primeiros três meses e negativo nos últimos se apresentou da mesma forma. No entanto, a maior diferença é verificada na intensidade dos saldos negativos, que neste mesmo período de 2016 foram muito mais elevados.

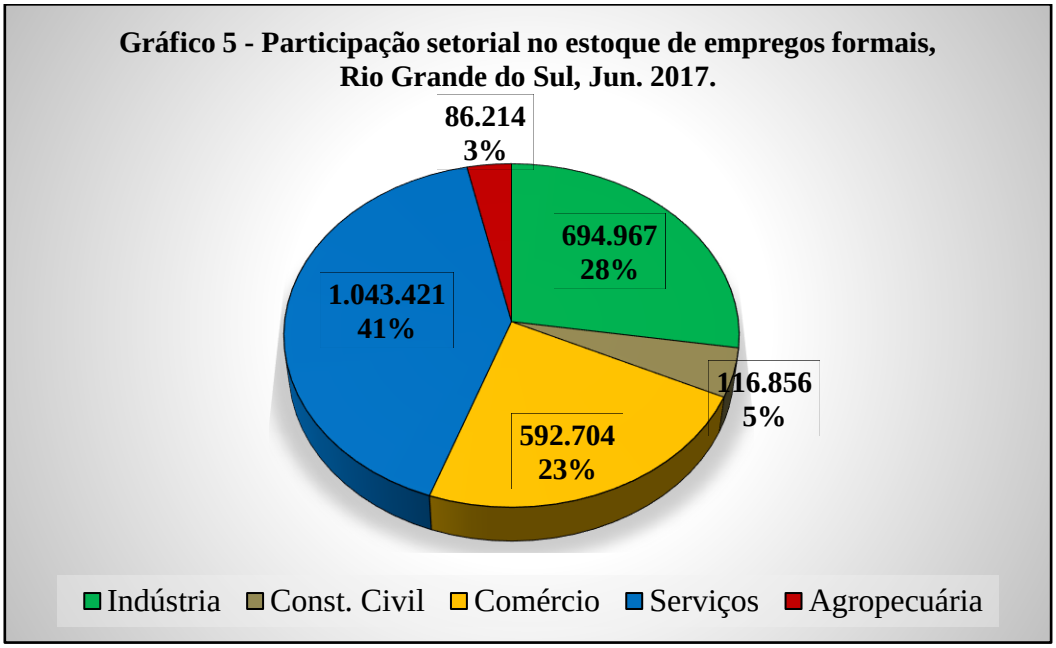


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Ao se observar a movimentação total no primeiro semestre de 2017, conforme o Gráfico 4, verifica-se que ocorre uma oscilação entre crescimento e redução da movimentação. Quando se compara com o mesmo período de 2016, verifica-se que a movimentação total no primeiro semestre de 2017 foi inferior ao de 2016 em todos os meses do período.

2. ESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO SETORIAL DO EMPREGO

O estoque total do emprego formal celetista, com 2.534.162 vínculos em junho de 2017, é composto por 1.043.421 vínculos (41%) no setor de serviços, 694.967 (28%) na indústria, 592.704 (23%) no comércio, 116.856 (5%) na construção civil e 86.214 (3%) na agropecuária. O Gráfico 4 representa a participação dos grandes setores da atividade econômica (IBGE) no estoque total do emprego formal no estado do Rio Grande do Sul.

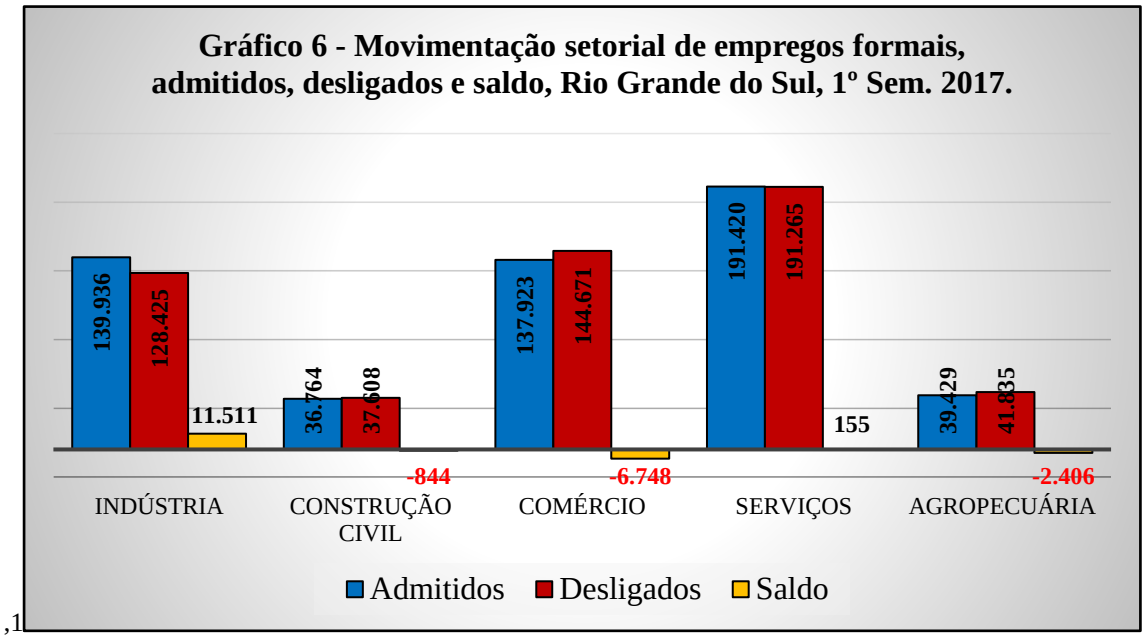


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Em relação à movimentação do emprego nos grandes setores da economia, conforme o Gráfico 6, observa-se que o maior volume de admitidos e desligados está concentrado nos setores de serviços e comércio, respectivamente. Estes dois setores, juntos, respondem por 61% do volume total das movimentações ao longo do semestre, e representam 64,3% do estoque total de empregos formais celetistas. Agregando a estes setores, o setor da indústria que aparece como o terceiro em volume total de movimentação e segundo maior participante da composição do estoque, tem-se 92% do estoque concentrado nestes três setores e 85,6% do total de movimentação.

O setor da indústria é o único setor que apresenta um saldo positivo significativo (+11.511 vínculos) no semestre, uma vez que o saldo positivo dos serviços foi muito baixo, de apenas +155 vínculos. Os serviços respondem por 35,1% das movimentações, o que fica bem abaixo de sua

participação no estoque total de empregos, que é de 41,2%. Na indústria, a movimentação de 24,6% do total também fica abaixo da participação no estoque (27,4%).



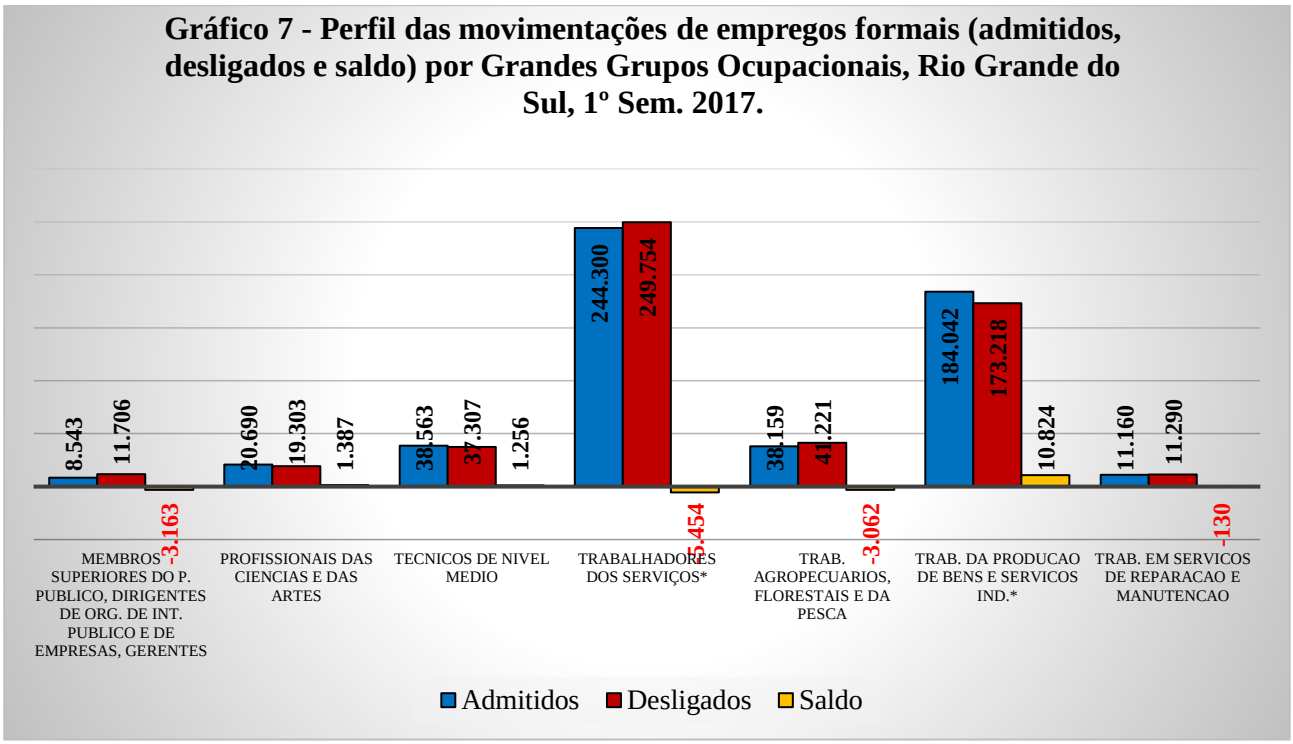
Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

O comércio foi o setor com desligamento mais acentuado em relação as admissões, resultando num saldo de -6.748 vínculos e em segundo lugar a agropecuária, com saldo de -2.406. Neste setor, a participação nas movimentações foi maior que sua participação no estoque, respectivamente, 25,9% e por 23,4%. A agropecuária, que apresentou saldo negativo, tem participação de 3,4% no estoque e 7,5% no total da movimentação. Por último, a construção civil, que também ficou com saldo negativo, de-844, fechou o semestre respondendo a 6,8% da movimentação total, superando o seu percentual de participação no estoque total de vínculos, que foi de 4,6%.

3. MOVIMENTAÇÃO OCUPACIONAL

Observando-se a movimentação, a partir dos grandes grupos ocupacionais, nota-se que as maiores movimentações de admissões e desligamentos estão entre os Trabalhadores dos Serviços (244.300 admitidos e 249.754 desligados) e Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais (184.042 admitidos e 173.218 desligados), respectivamente. Em relação aos saldos das movimentações, verifica-se que este último grupo ocupacional, teve o maior saldo positivo, de 10.824.

Os três maiores saldos negativos foram registrados em Trabalhadores dos serviços (-5.454), Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público e de Empresas, Gerentes (-3.163) e Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca (-3.062)



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

*Agrega as categorias "Trabalhadores de Serviços Administrativos" e "Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercado" contidas originalmente na classificação "Grandes Grupos Ocupacionais" da CBO;

**Agrega as categorias "Trabalhadores de Produção de Bens e Serviços Industriais" e "Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industr" contidas originalmente na classificação "Grandes Grupos Ocupacionais" da CBO.

Do total das 545.472 admissões observadas no Rio Grande do Sul no primeiro semestre de 2017, 323.501 (59,31%) ocorreram entre as vinte ocupações com maior número de admitidos, conforme o Quadro 1.

Juntas, as ocupações de "Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados" (59.100), "Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos", (40.244) e "Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações" (25.629), respondem por 3.393 admissões, o que representa 22,9% do total.

Quadro 1 – Vinte ocupações com maior número de admissões, Rio Grande do Sul, 1º semestre de 2017.

CBO 2002 Família	Admitidos	
	Nº	%
Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados	59.100	10,83
Escriturarios em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	40.244	7,38
Trabalhadores nos Servicos de Manutencao de Edificacoes	25.629	4,70
Alimentadores de Linhas de Producao	23.152	4,24
Caixas e Bilheteiros (Exceto Caixa de Banco)	15.687	2,88
Garcons, Barmen, Copeiros e Sommeliers	12.620	2,31
Almoxarifes e Armazenistas	12.485	2,29
Ajudantes de Obras Civis	12.210	2,24
Trabalhadores de Apoio À Agricultura	12.063	2,21
Motoristas de Veiculos de Cargas em Geral	11.656	2,14
Porteiros, Guardas e Vigias	11.520	2,11
Trabalhadores Polivalentes da Confeccao de Calcados	11.073	2,03
Trabalhadores de Cargas e Descargas de Mercadorias	10.541	1,93
Trabalhadores Agricolas na Fruticultura	9.784	1,79
Recepcionistas	9.390	1,72
Preparadores de Fumo	9.182	1,68
Trabalhadores de Estruturas de Alvenaria	8.428	1,55
Cozinheiros	7.914	1,45
Trabalhadores de Embalagem e de Etiquetagem	7.222	1,32
Magarefes e Afins	6.866	1,26
Trabalhadores nos Servicos de Manutencao e Conservacao de Edificios e Logradouros	6.735	1,23
Total 20	323.501	59,31
Total adm.	545472	100,00

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Dos 543.804 desligamentos registrados no primeiro semestre de 2017, 317.616, isto é, 58,41%, ocorreram entre as vinte ocupações com maior número de desligados, conforme o Quadro 2. Observando-se as três ocupações com maior volume de desligamentos, verifica-se que são as mesmas que apresentam maior volume de admissões. Essas ocupações representam, respectivamente, 11,4%, 7 e 4,5% do total, e respondem, juntas, por 124.472 desligamentos, isto é, cerca de 22,9% do total. Desta forma, são as ocupações que apresentam o maior volume total de movimentações.

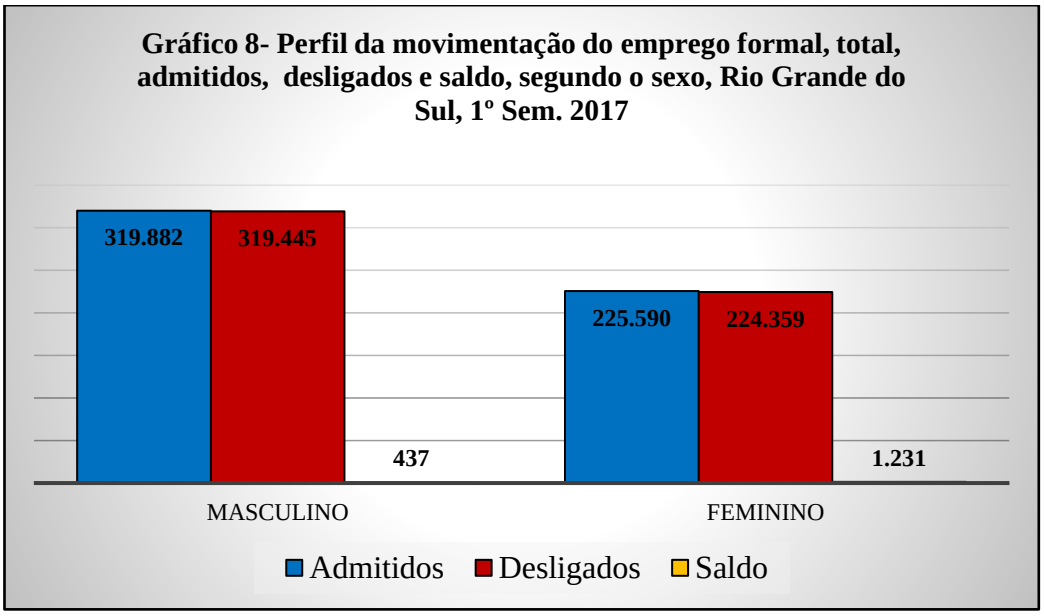
Quadro 2 - Vinte ocupações com maior número de desligamentos, Rio Grande do Sul, 1º semestre de 2017.

CBO 2002 Família	Desligados	
	Nº	%
Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados	62.160	11,43
Escriturarios em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	37.999	6,99
Trabalhadores nos Servicos de Manutencao de Edificacoes	24.313	4,47
Alimentadores de Linhas de Producao	19.310	3,55
Caixas e Bilheteiros (Exceto Caixa de Banco)	17.290	3,18
Garcons, Barmen, Copeiros e Sommeliers	13.287	2,44
Motoristas de Veiculos de Cargas em Geral	12.630	2,32
Trabalhadores de Apoio À Agricultura	12.288	2,26
Almoxarifes e Armazenistas	12.094	2,22
Porteiros, Guardas e Vigias	11.723	2,16
Ajudantes de Obras Civis	11.653	2,14
Trabalhadores Agricolas na Fruticultura	9.543	1,75
Trabalhadores de Estruturas de Alvenaria	9.386	1,73
Trabalhadores de Cargas e Descargas de Mercadorias	9.351	1,72
Trabalhadores Polivalentes da Confeccao de Calcados	9.313	1,71
Cozinheiros	8.586	1,58
Recepcionistas	8.509	1,56
Magarefes e Afins	7.803	1,43
Trabalhadores nos Servicos de Manutencao e Conservacao de Edificios e Logradouros	7.525	1,38
Trabalhadores na Exploracao Agropecuaria em Geral	6.540	1,20
Trabalhadores Auxiliares nos Servicos de Alimentacao	6.313	1,16
Total 20	317.616	58,41
Total desl.	54.3804	100,00

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

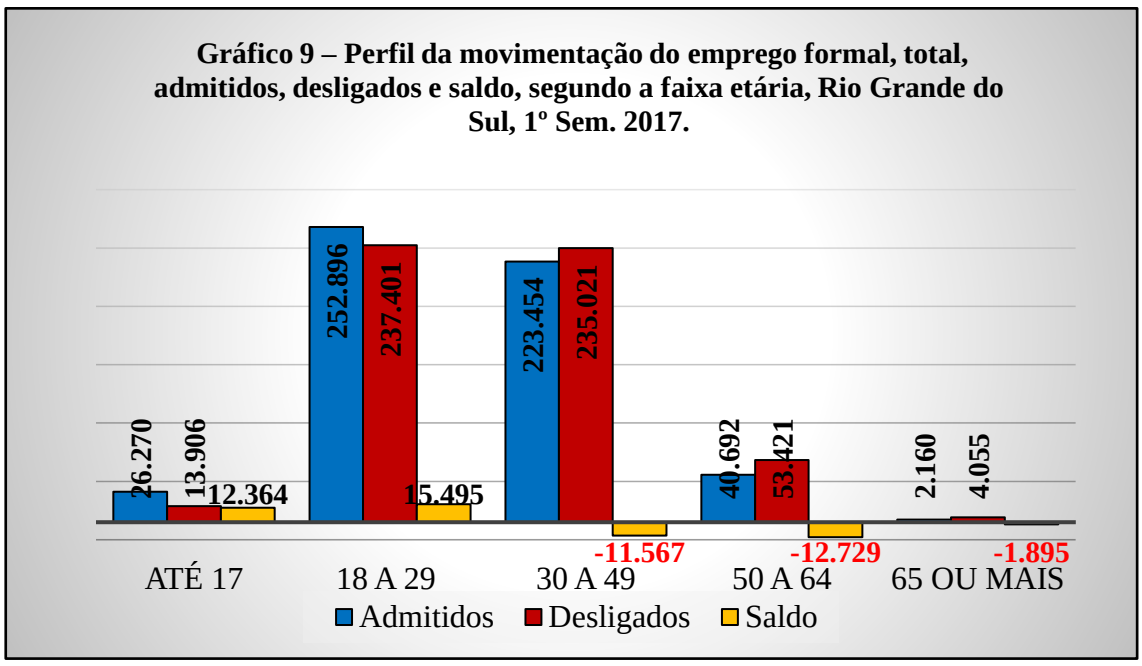
4. PERFIL DOS VÍNCULOS MOVIMENTADOS

Analisando-se o perfil das movimentações segundo o sexo, conforme o Gráfico 8, observa-se que os homens (639.327) constituem a maioria dos vínculos movimentados, correspondendo a 58,7% do total, enquanto as mulheres, com 449.949 movimentações, representam 41,3% do total das movimentações. Porém, os dados mostram que as mulheres, com saldo de 1.231 vínculos, foram mais atingidas pelas admissões do que os homens, que terminaram o período com saldo de 437.



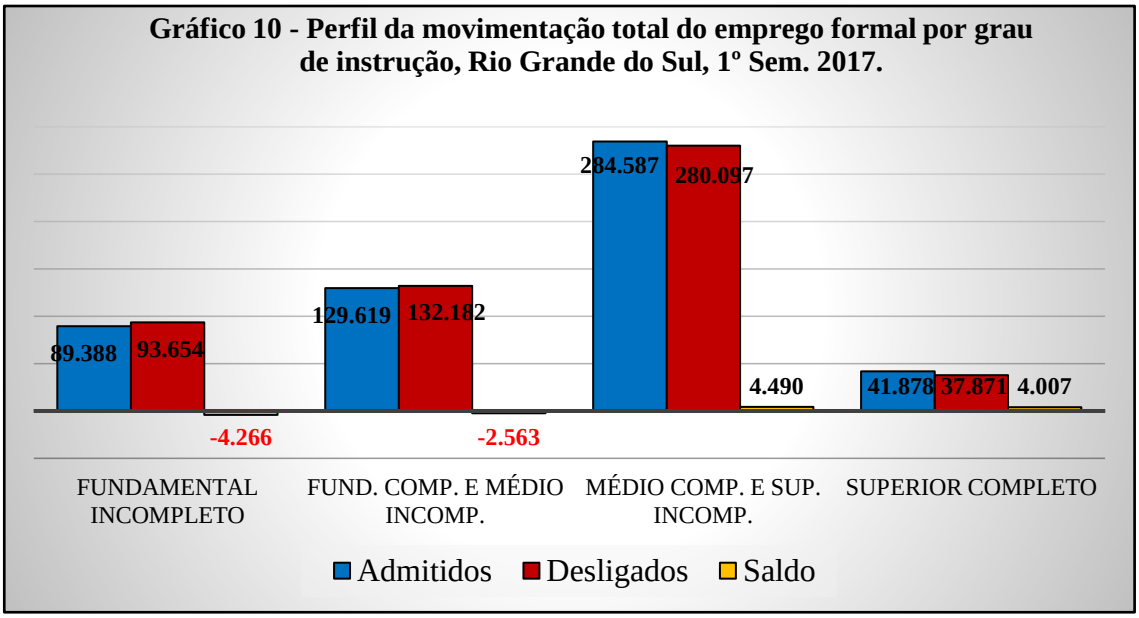
Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED

Analisando-se o perfil das movimentações segundo a faixa etária, conforme o Gráfico 9, verifica-se que a maior parte dos empregados movimentados (490.297) está na faixa etária de 18 a 29 anos, correspondendo a 43,7% do total. A segunda categoria de idade com maior participação em termos absolutos é a dos adultos de 30 a 49 anos de idade (458.475), com participação de 45,1% no total das movimentações. Os adultos de 50 a 64 anos de idade (94.113) têm uma participação bem menos expressiva, correspondendo a 8,6% do total.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

A participação dos menores até 17 anos de idade (40.176) e das pessoas de 65 anos ou mais de idade (6.215) é pouco significativa, de 3,7% e 0,6%, respectivamente. Conclui-se que são os mais velhos que têm sido mais atingidos pelos desligamentos, com os saldos negativos concentrados nos trabalhadores de 30 a 64 anos.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Analisando-se as movimentações segundo o grau de instrução (Gráfico 10), verifica-se que a maior parte dos vínculos movimentados (564.684) é formada por pessoas com ensino médio completo ou superior incompleto, que corresponde a 51,8% do total. Os empregados com ensino fundamental completo ou médio incompleto (261.801) representam 24% do total da movimentação.

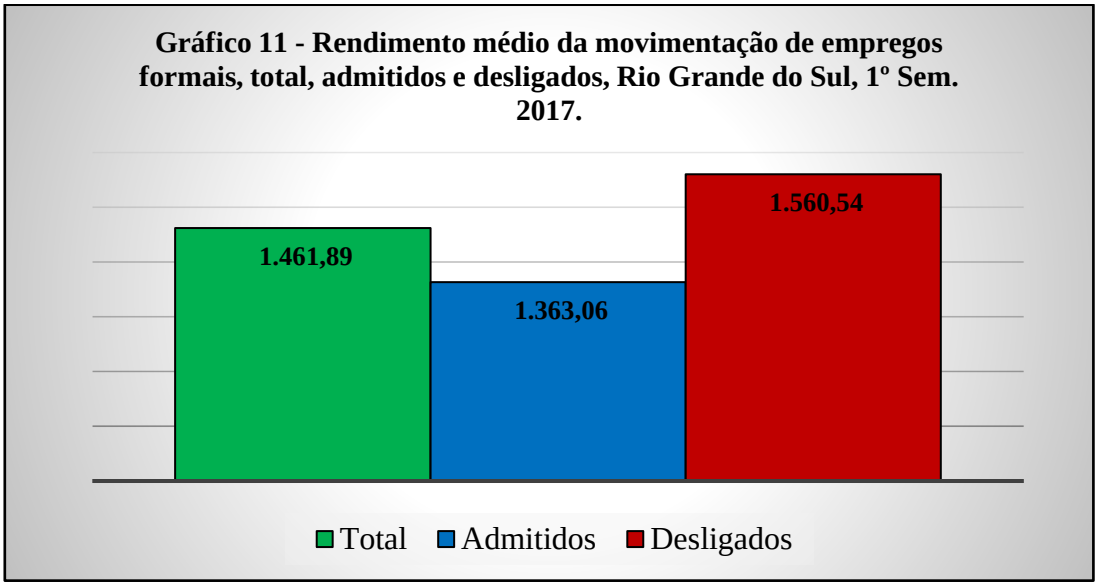
Os empregados com ensino fundamental incompleto (183.042), que possuem uma baixa escolaridade para os atuais padrões do mercado de trabalho, representam 16,8% do total, uma participação significativa. Já os empregados que possuem ensino superior completo (79.749), ou seja, com escolaridade elevada, perfazem apenas 7,3% do total de vínculos movimentados. Cabe ressaltar que as faixas dos empregados com ensino médio completo/superior incompleto e superior completo são as únicas com saldos positivos, 4.490 e 4.007, respectivamente.

É possível notar que quanto menor o nível de escolaridade, maior foram os saldos negativos, fundamental completo e médio incompleto (-2.563 vínculos) e fundamental incompleto (-4.266 vínculos), o que indica que o grau de instrução tem sido um critério relevante para a manutenção e conquista de postos de trabalho para a população.

5. RENDIMENTOS DAS MOVIMENTAÇÕES DO EMPREGO FORMAL

5.1. Rendimentos médios totais

Analisando-se os rendimentos médios nominais, em reais, dos vínculos de emprego movimentados ao longo do primeiro semestre de 2017, no Rio Grande do Sul, observa-se, conforme o Gráfico 11, que o rendimento médio do total das movimentações era de R$ 1.461,89. O rendimento médio dos admitidos, era de R$ 1.363,06, e correspondia a 87,3% do rendimento dos desligados, que era de R$ 1.560,54.

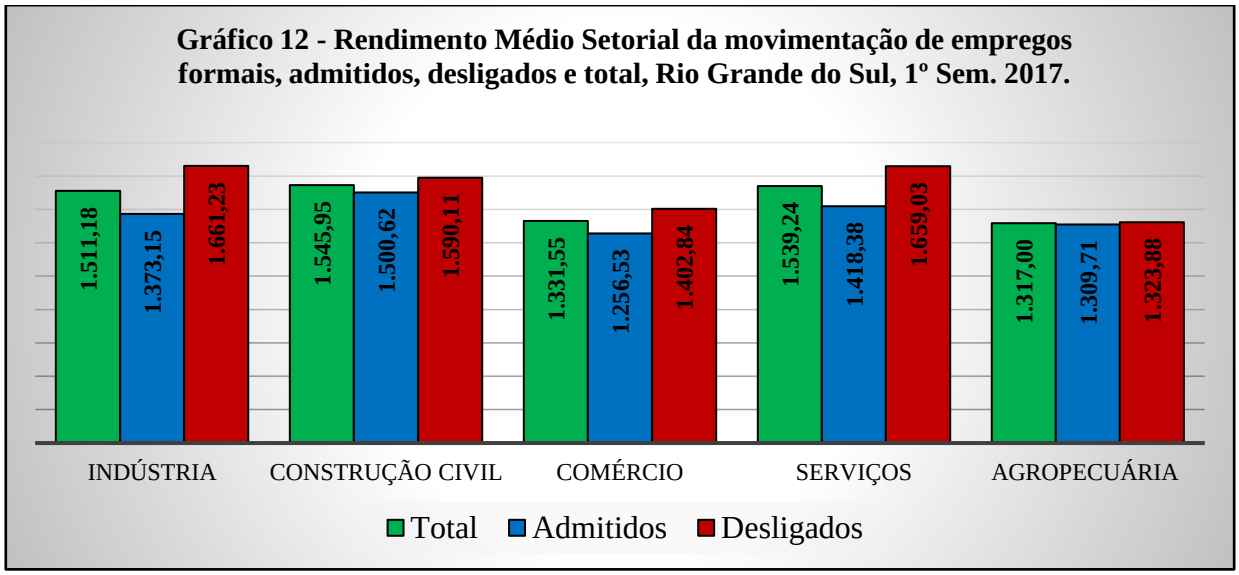


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

5.2. Rendimentos médios por setores da atividade econômica

Na análise dos rendimentos médios pelos grandes setores da atividade econômica (IBGE), conforme o Gráfico 12, observa-se que o maior rendimento do total das movimentações foi no setor da Construção Civil, R$ 1.545,95, seguido do setor dos Serviços, R$ 1.539,24. A Agropecuária registrou o menor rendimento médio da movimentação total R$ 1.317,00.

Os rendimentos médios dos admitidos são sempre inferiores aos dos desligados e as maiores diferenças foram verificadas na Indústria e nos Serviços, onde o rendimento dos admitidos correspondeu, respectivamente, a 82,7% e 85,5% do rendimento dos desligados. Na Construção Civil, o rendimento médio dos admitidos correspondeu a 94,4% dos desligados, enquanto que na Agropecuária correspondeu a 98,9%.

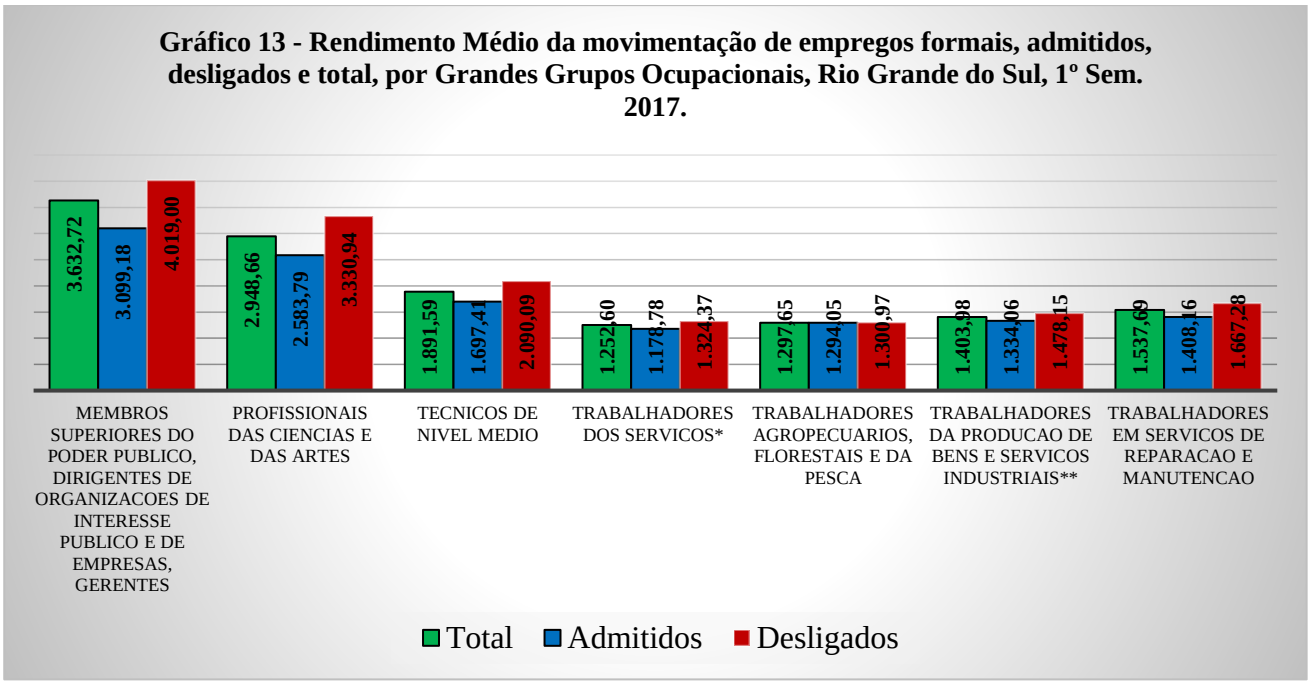


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

5.3. Rendimentos médios por grandes grupos ocupacionais

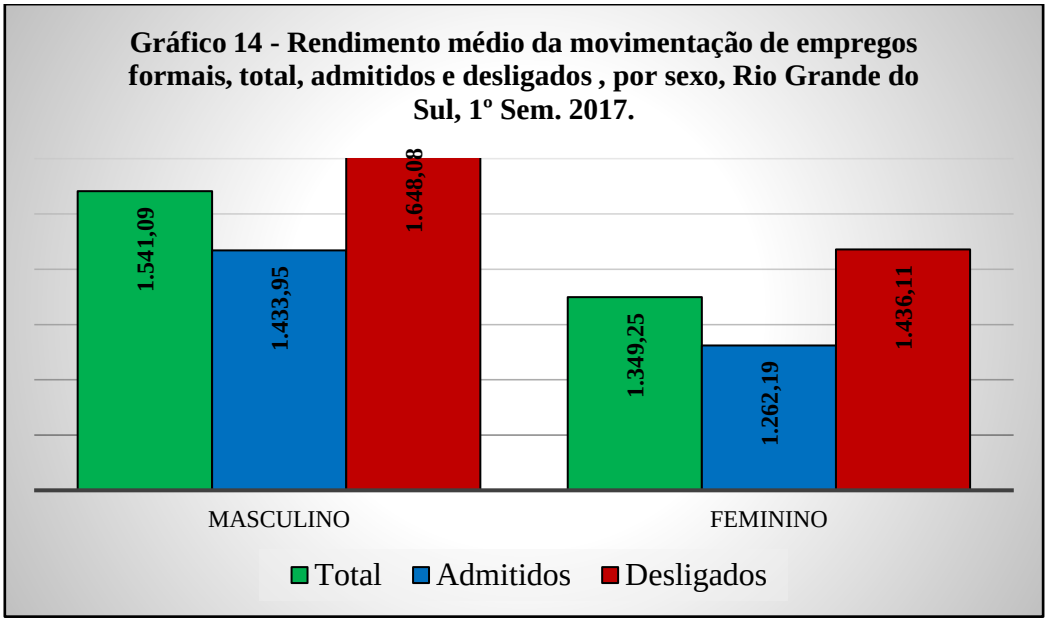
Em relação aos rendimentos médios por grandes grupos ocupacionais (CBO), conforme o Gráfico 13, verifica-se que os maiores rendimentos de admissão e demissão foram no grupo de Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público e de Empresas e Gerentes (com rendimento médio total de R$ 3.632,72), seguido do grupo de Profissionais das Ciências e das Artes (com rendimento médio total de R$ 2.948,66). A categoria de Trabalhadores dos Serviços possuiu o menor rendimento médio da movimentação total, R$ 1.252,60.

Os rendimentos médios dos admitidos são sempre inferiores aos dos desligados e as maiores diferenças foram verificadas nos grupos que tiveram os maiores rendimentos. Entre os Profissionais das Ciências e das Artes o rendimento do admitidos correspondeu a 77,6% do rendimento dos desligados e entre os Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes e Gerentes essa correspondência foi de 77,1%. Apenas nos grupos de Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca os rendimentos médios de admissão e desligamento foram praticamente equivalentes, pois o rendimento dos admitidos foi correspondente a 99,5% dos desligados.



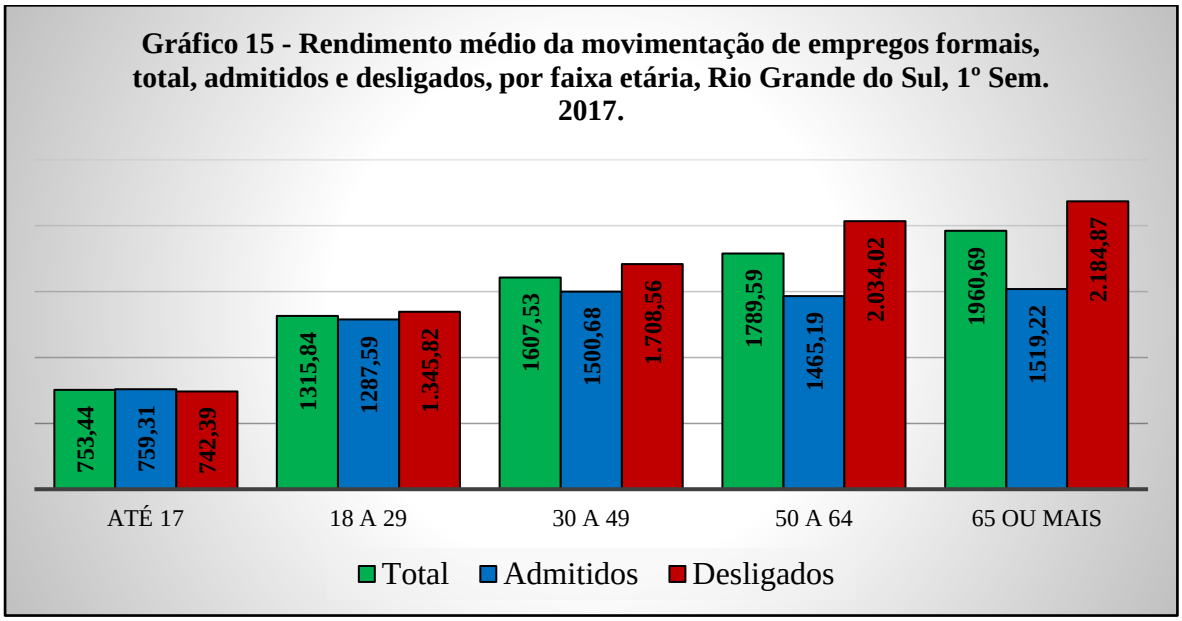
5.4. Rendimentos médios segundo o perfil dos vínculos

No 1º semestre de 2017, o rendimento médio do total das movimentações das mulheres, de R$1.349,25 representava 92,3% do rendimento masculino, de R$ 1.541,09. Em ambos os sexos, o rendimento médio dos admitidos é inferior ao dos desligados, assim como os rendimentos médios masculinos são sempre superiores aos femininos. Entre admitidos, os rendimentos femininos representava 88,0% dos rendimentos masculinos, enquanto entre os desligados representava 87,1%.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Analisando-se os rendimentos médios dos vínculos movimentados por faixa etária, conforme o Gráfico 15, verifica-se que as remunerações crescem na medida em que a idade avança. O rendimento médio da faixa até 17 anos, de R$ 753,44 representa apenas 51,5% do rendimento médio total (R$ 1.461,89). Já na faixa de 18 a 29 anos, com rendimento médio de R$ 1.315,84, este corresponde a 90,01% do rendimento médio total. Considerando de forma desagregada, percebe-se que entre 18 a 24 anos, o rendimento corresponde a somente 83,8% do rendimento médio total enquanto, a faixa de 25 a 29 anos se aproxima do rendimento médio total (99,6%). Nota-se, portanto, uma diferença significativa entre os jovens quando observa-se separadamente. Quanto mais aumenta-se a faixa etária, mais os rendimentos superam o rendimento médio total, chegando a representar 134,1% do mesmo na faixa etária de 65 anos ou mais (R$ 1.960,69).

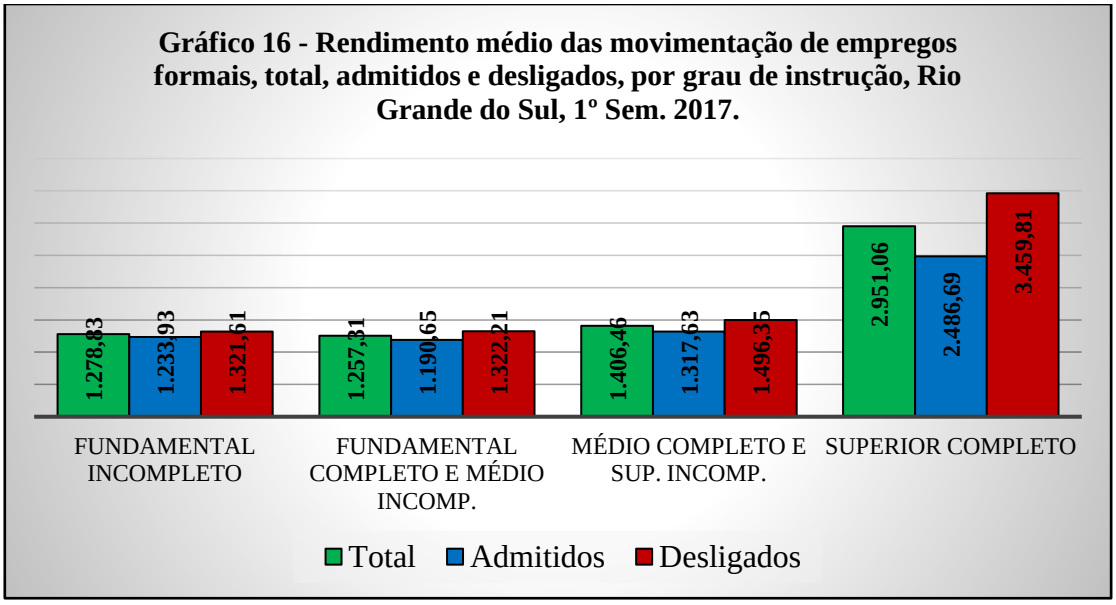


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Observa-se, igualmente, que somente na primeira faixa etária (até 17 anos de idade), o rendimento médio dos admitidos é levemente superior ao dos desligados. Já nas faixas seguintes, os rendimentos dos admitidos são inferiores aos dos desligados, invertendo-se essa relação nas demais faixas etárias. Na faixa de 65 anos ou mais, o rendimento médio dos admitidos corresponde a apenas 69,5% do rendimento médio dos desligados.

Analisando-se os rendimentos médios segundo o grau de instrução, conforme o Gráfico 16, constata-se que os maiores rendimentos da movimentação total são os dos empregados que possuem ensino superior completo, com R$ 2.951,06 o que corresponde a 201,9% do rendimento médio total (R$ 1461,89). Trata-se de um patamar de rendimento que se encontra muito acima das demais categorias, quase todas situadas abaixo do rendimento médio total.

Além dos empregados com nível superior completo, apenas os que possuem o nível médio completo/superior incompleto (R$ 1.406,46) apresentam rendimento médio que se aproxima da média total. Os empregados com fundamental completo/ensino médio incompleto são os que apresentam o menor rendimento médio, de R$ 1.257,31.

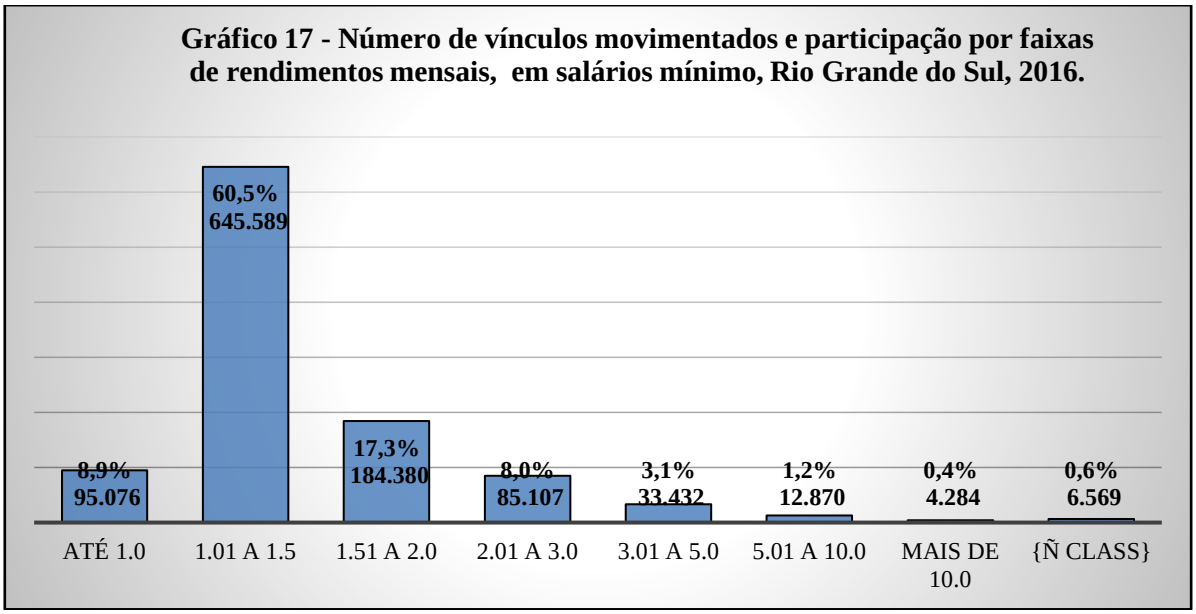


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Excetuando-se os empregados com nível superior completo, situados num patamar bem acima das demais categorias, e os que possuem superior incompleto, as categorias com menor nível de escolaridade não apresentam necessariamente rendimentos mais baixos, configurando-se uma situação de irregularidade na relação entre escolaridade e rendimento, onde o rendimento dos empregados com fundamental incompleto apresenta-se superior ao rendimento dos com fundamental completo. Em todas as categorias de escolaridade, o rendimento médio dos desligados é mais elevado que aquele dos admitidos.

5.5. Rendimentos por faixas em salários mínimos

Analisando-se os vínculos movimentados por faixas de rendimento, em salários mínimos, conforme o Gráfico 17, constata-se uma forte concentração nas faixas de rendimento mais baixas. Do total de vínculos movimentados, 60,5% concentram-se na faixa de 1.01 a 1.5 salários mínimos e 86,7% recebem até 2.0 salários mínimos. A participação das faixas de rendimento mais elevadas no conjunto das movimentações mostra-se bastante baixa. Apenas 4,7% do total de vínculos recebem acima de 3 salários mínimos. Na faixa acima de 5 salários mínimos, essa participação cai para 1,6%.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

NOTA METODOLÓGICA

A base de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) se baseia na declaração mensal ao Ministério do Trabalho (MTb) prestada pelos estabelecimentos empregadores que informam as movimentações de vínculos empregatícios celetistas realizados no mês de competência da declaração, isto é, as admissões e desligamentos, bem como as informações básicas de caracterização do estabelecimento e de seus trabalhadores movimentados. Os dados do CAGED referem-se apenas aos empregos formais celetistas declarados, estando excluídos os empregos estatutários e os empregos e ocupações informais. É importante sublinhar, ainda, que estes dados estão sujeitos a ajustes, tendo em vista as declarações realizadas fora do prazo regular. Os dados apresentados neste Relatório levam em consideração as declarações no prazo e as declarações fora do prazo, tendo sido levantados em 04 de dezembro de 2017. Os dados sobre remuneração levam em consideração apenas as declarações realizadas no prazo.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO – IFISP/UFPel
Coordenador: Prof. Francisco E. Beckenkamp Vargas
Subcoordenador do Acordo de Cooperação UFPel/MTb: Hilbert David de Oliveira Sousa
Bolsistas de Extensão: Daniel Enke Ilha e Michel Corvello Martins
Supervisora em Pesquisa e Extensão: Rafaella Egues da Rosa
Portal na internet: http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial
E-mail: observatoriosocialdotrabalho@gmail.com
Facebook: www.facebook.com/observatoriodaufpel/
Twitter: https://twitter.com/ufpeltrabalho
Fone: (53) 3284-5545 (IFISP/UFPel)